

# Paleografia e ciência da informação: reflexões em torno de um diálogo intercientífico

## Paleography and information science: reflections on an intercientific dialogue

CARLOS GUARDADO DA SILVA

Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[carlosguardado@campus.ul.pt](mailto:carlosguardado@campus.ul.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>

ALEXANDRE FABEN

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI/UFF

[alexandrefaben@gmail.com](mailto:alexandrefaben@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9011-632X>

Artigo entregue em: 7 de maio de 2023

Artigo aprovado em: 5 de junho 2023

### RESUMO

Este estudo procura analisar e refletir acerca do diálogo intercientífico entre a Paleografia e a Ciência da Informação. Para tal, segue uma abordagem de natureza qualitativa, suportada pelo método da investigação documental, quer para a revisão da literatura, quer para a pesquisa e análise da informação, de modo a aferir a existência desse diálogo em estudos no âmbito da Ciência da Informação, bem como na oferta formativa nos *curricula* dos cursos de Ciência da Informação, em Portugal (universidades de Coimbra, Lisboa e Porto), e de 16 cursos de graduação em Arquivologia, no Brasil.

A identificação, a organização e a representação da informação relativa aos documentos antigos, pelo arquivista, pelo bibliotecário ou pelo museólogo, exigem o conhecimento dos elementos constitutivos da escrita, a interpretação e a leitura dos documentos, isto é, formação em Paleografia. Hoje, concretiza-se em estudos no âmbito da Ciência da Informação, em que a Paleografia marca presença nos planos curriculares de Ciência da Informação, em Portugal, como opção, e em 14 dos 16 cursos de Arquivologia no Brasil, sendo a sua frequência obrigatória em 12 cursos de graduação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paleografia; Ciência da informação; Intercientificidade; Interdisciplinaridade.

### **ABSTRACT**

This study proposes an analysis and reflection concerning the inter-scientific dialogue between Paleography and Information Science. For this purpose, takes a qualitative approach, backed by the Documentary Research method, both for the literature review and for the information search and analysis, in order to assess the existence of said dialogue in the Information Science studies, as well as in the educational offer in Information Science courses curricula in Portugal (Universities of Coimbra, Lisbon and Porto), and in 16 graduate courses in Archivology in Brazil.

The identification, organization and representation of information relating to old documents, done by the archivists, the librarians or the museologists, require the knowledge of the constitutive elements of writing, interpretation and reading of documents, ie training in Palaeography. Today, this is materialized in studies in the field of Information Science, where Paleography is present in the curriculum plans of Information Science in Portugal, as an optional subject, and in 14 of the 16 Archivology courses in Brazil, whose attendance is mandatory in 12 graduate courses.

**KEYWORDS:** Paleography; Information science; Inter-scientificity; Interdisciplinarity.

## **Introdução**

Identificando-se como a 'ciência das escritas antigas', na qual se denota a sua 'vocação de *explicare* (do latim, decifrar)', a Paleografia procura estudar as diversas escritas pretéritas, independentemente dos seus suportes

materiais que contenham escrita ou outros elementos gráficos (Andrade, 2010, pp. 9-10).

A sua vocação não anula, porém, o lugar de outras ciências, que se especializaram no estudo da escrita antiga gravada em materiais duros, no estudo de outros elementos gráficos como os selos e as moedas ou que se especializaram em determinado tipo de suporte, de que são *exempla* a Epigrafia, a Numismática, a Sigilografia e a Papirologia.

Pretendendo abranger o estudo integral dos documentos, e não apenas a sua escrita, surgiram, no século XVII, a Ciência Diplomática e, nos anos 40 do século XX, a Codicologia. Enquanto aquela procurava, então como hoje, o estudo dos diplomas, isto é, dos documentos antigos, nos seus múltiplos aspetos, a partir de uma perspetiva jurídica e diplomática, a Codicologia centrou-se no estudo dos códices, afirmando-se enquanto campo científico de estudo a partir de um método.

Ocupando-se a Paleografia da reconstrução do processo gráfico, no seu contexto sociocultural, e tendo como objeto de estudo as escritas antigas, torna-se tanto claro como evidente o diálogo intercientífico com a Epigrafia, a Sigilografia, a Codicologia, a Papirologia, a Numismática e a Diplomática, com o qual, de forma direta, “aufere e aporta benefícios” (Andrade, 2010, p. 11), para além da relação intrínseca com a História, tendo a escrita ocupado, desde sempre, espaço privilegiado dentre as suas fontes de informação.

Talvez menos conhecido, mas não menos evidente, é o diálogo estabelecido entre a Paleografia e a Arquivística ou entre a Paleografia e a Ciência da Informação, quer considerando a Arquivística como ciência, quer como disciplina da Ciência da Informação, visão esta que se vem consolidando em Portugal com uma abordagem científica unificada transdisciplinar, mas não única no universo dos diversos campos de estudo, em termos internacionais, que, *grosso modo*, integram as Ciências da Documentação e da Informação. Este é o foco da nossa abordagem no presente artigo, de que emerge a seguinte questão de investigação: É possível identificar um diálogo interdisciplinar entre a Paleografia e a Ciência da Informação? De modo a responder, define-se o seguinte objetivo: identificar um diálogo intercientífico entre as distintas áreas, bem como modos e exemplos da sua concretização, desde a presença da Paleografia nos *curricula* de Arquivologia (no Brasil) e de Ciência da Informação (em Portugal).

Para o desenvolvimento do presente estudo, de natureza qualitativa, optámos pelo método da investigação documental, no sentido de “dispositivo específico de recolha ou de análise das informações, destinado a testar hipóteses de investigação” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p. 187). No fundo,

um dispositivo metodológico, que implica a seleção, a recolha e a verificação de dados (heurística da investigação), recorrendo, por vezes, à comparação, assim como a interpretação da informação recolhida em distintas fontes, escritas ou não, em suporte tradicional ou digital, com o objetivo de lhes dar sentido (hermenêutica da investigação), com o propósito de desenvolver o conhecimento empírico (Bowen, 2009, p. 27; Corbin & Strauss, 2008). Adotamos, assim, a investigação documental como método (Borg, 1963) de “pesquisa, objetiva e sistemática, de avaliação da evidência, sintetizando-a de modo a estabelecer factos e a desenvolver conclusões acerca de acontecimentos” (Borg, como citado em Sousa, 2005, p. 88).

## Das palavras escritas ao diálogo

Igualmente existente é o diálogo entre a Arquivística (ou Arquivologia, termo em uso no Brasil), a Biblioteconomia e a Museologia (Andrade, 2010, p. 11), quer consideradas individualmente, como ciências *per se*, quer consideradas como disciplinas da Ciência da Informação, que se define em alguns contextos de que Portugal é um exemplo, como transdisciplinar, mas una, integrando aquelas como áreas disciplinares, de natureza técnica. Assim se explica a distinção da natureza do diálogo, interdisciplinar ou intercientífico.

No que respeita à Arquivística, com a publicação, em 1681, de *De Re Diplomatica Libri VI (sex)*, o monge beneditino francês Jean Mabillon estabeleceu as regras fundamentais para a crítica textual, marcando o início da Diplomática. Simultaneamente, emergia, do mesmo cordão umbilical, a Paleografia, a ‘ciência das escritas antigas’, uma vez que aquela obra constituiu o primeiro estudo sistemático dos tipos de escrita (Duranti, 1989, p. 13), tendo estabelecido uma classificação quanto ao seu género e datação. *De Re Diplomatica* conheceu grande divulgação em diversos países da Europa (Andrade, 2010, p. 14), de que é exemplo, na Península Ibérica, a publicação, em 1688, de *Dissertationes ecclesiasticae*, do beneditino espanhol frei José Pérez de Rozas (Mestre Sanchis, 2003, p. 252).

Todavia, não se deve a Jean Mabillon o pioneirismo no uso do termo Paleografia, mas a Dom Bernard de Montfaucon, monge beneditino francês da abadia de Saint-Germain-des-Près e membro da Academia das Inscriptions et Belles-Lettres, na sua obra *Palaeographia graeca, sive de ortu et progressu litterarum graecarum (Paleografia Grega ou da origem e desenvolvimento das letras gregas)*, publicada em 1708, em Paris, mas cujo título se encontrava já no contrato estabelecido com os editores, de 29 de novembro de

1706 (Irigoin, 1996, p. 71). Esta era uma obra assumidamente de natureza paleográfica, desde o seu título, dedicada à decifração das letras, à resolução das abreviaturas e à datação dos documentos originais e, sobretudo, das suas cópias. Bernard de Montfaucon “criava um método para o estudo gráfico dos manuscritos” e “estabelecia alguns critérios para a classificação das escritas no tempo e no espaço e para o estudo da evolução dos elementos gráficos” (Andrade, 2010, p. 14).

Façamos uma referência, ainda, a Francesco Scipione, Marquês de Maffei (Verona), que publicou, em 1727, em Mântua, um tratado de Diplomática e Paleografia, sob o título *Istoria Diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*. Nesta obra, Scipione considerou uma única escrita, a romana, tendo aberto o caminho para a Paleografia moderna (Andrade, 2010, p. 15). Outros marcos importantes decorreriam daí em diante até à sua afirmação, primeiro enquanto ciência auxiliar da história, depois como Ciência da Escrita, incorporando no estudo da Paleografia as conceções de campo gráfico e de sentido histórico (Andrade, 2010, p. 16), cujo marco podemos situar em 1952, com a publicação, em Madrid, da obra *Paléographie Romaine*, de Jean Mallon.

Na segunda metade do século XIX, as correntes de pensamento, designadamente o romantismo e o historicismo, e os distintos movimentos nacionais de renovação historiográfica contribuíram para a valorização das fontes históricas e do acesso aos arquivos, apesar de este acesso continuar confinado aos eruditos. Um contributo que se estendeu, ainda, à constituição dos arquivos enquanto autênticos laboratórios da história e, conseqüentemente, a uma renovação historiográfica.

Neste contexto, a Arquivística, tal como a Paleografia e a Diplomática adquiriram o estatuto de disciplinas auxiliares da História. À Arquivística exigia-se a elaboração de inventários de fontes, a publicação de documentos considerados relevantes para a investigação histórica, a par da abertura dos arquivos ao público. Uma relação de subsidiariedade da Arquivística face à História, fundamentando-se na História a razão para a existência dos arquivos, identificando-se, por extensão, os arquivos com documentos de interesse para a história por ‘arquivos históricos’. Um conjunto de razões criadas na centúria de oitocentos que justificam a instituição, em Portugal, de distintos arquivos históricos, sob o epíteto de arquivos distritais, em inícios no século XX.

Todavia, a elaboração de inventários e de outros instrumentos de acesso à informação, vertente tecnicista que os arquivistas souberam agarrar, por vezes de forma excessiva, trouxe-lhes então as exigências da leitura dos manuscritos, diplomas ou códices, acondicionados em depósitos, sob a cus-

tódia das instituições memorizadoras — os arquivos, as bibliotecas e os museus (Petrucci, 1999).

Para a identificação dos documentos, impunha-se um necessário conhecimento das escritas, da sua decifração e datação. Importava, pois, ontem como hoje, que o arquivista, o bibliotecário ou o museólogo, na presença e no confronto com documentos antigos, conseguisse identificar os elementos constitutivos da escrita — a morfologia, o ângulo, o *ductos* (ordem de sucessão e sentido do traçado de uma letra), o módulo, o peso, as ligaduras e o *nexus* (união de duas ou mais letras por superposição ou inclusão de uma letra em outra), de forma a poder ler a informação registada num determinado suporte e a representar essa informação, efetuando a descrição material e do conteúdo do documento, transcrevendo-o, total ou parcialmente, efetuando o seu resumo ou identificando termos de acesso (palavras-chave, se em linguagem natural; descritores, se em linguagem documental ou controlada). Importava, ainda, o estudo das abreviaturas e dos formulários, sendo práticas que se prolongariam até ao presente, contribuindo fortemente para a interpretação e a leitura dos documentos (Heredia Herrera, 1986, p. 44).

Neste sentido, a Paleografia aproxima-se do conceito trazido por Ricardo Román Blanco, isto é, “a ciência que ensina a ler corretamente toda a classe de documentos manuscritos ou impressos, abordando também a origem e evolução da escrita” (1987, p. 13). E, sobremaneira, tornava-se evidente que a Paleografia deveria ser exigida a qualquer arquivista (Heredia Herrera, 1986, p. 44), sobretudo quando desempenhasse funções em arquivos ditos “históricos” (arquivos definitivos), ou que, não dispondo de documentação antiga, pudesse em qualquer momento ser chamado a avaliar um acervo que a instituição pretendesse adquirir. Um diálogo imprescindível com a Paleografia, que levou Heredia Herrera a definir a Paleografia como ciência auxiliar da Arquivística (1986), classificação que evidencia, naturalmente, o posicionamento da observadora. No fundo, o mesmo papel que lhe atribuiu durante longo tempo a História (Marques, 1992b, p. 528), também a partir do seu ponto de vista, ignorando o ponto de vista do *métier* de paleógrafo.

Hoje, para os profissionais da informação, que trabalham em instituições memorizadoras, é tão importante o diálogo da Arquivística, da Biblioteconomia e da Museologia com a Paleografia quanto com a Diplomática. A título de exemplo, Jean Mabillon definiu que a confiabilidade era avaliada com base no processo de formação dos documentos e nas suas características, estrutura e transmissão formais no espaço e no tempo (Tognoli, 2014; Pacheco, 2017, p. 19).

Acerca desta dimensão intercientífica, citemos Alberto Tamayo, que, a propósito do trabalho técnico dos arquivistas, sublinhou: “aquele que ha de conocer y ordenar los documentos, necesita una amplia formación histórica, jurídica y jurídico-administrativa y además, en los Archivos Históricos, un profundo conocimiento de materias instrumentales, como Paleografía, Diplomática y Sigilografía, especialmente” (1996, p. 29). E acrescentou: “Sin una tal formación, será muy difícil poder realizar correctamente los trabajos de ordenación, clasificación y catalogación de los fondos documentales, así como la confección de los instrumentos descriptivos de los mismos” (1996, p. 29).

Em Portugal, João Pedro Ribeiro é, talvez, o melhor exemplo do já antigo diálogo interdisciplinar entre a Paleografia, ainda vinculada à Diplomática, e a Arquivística. A ele se deve a criação da Diplomática (Marques, 1992a) e “as bases da Paleografia” em Portugal (Marques, 1992b), bem como a sua introdução no ensino superior, após a sua nomeação, em 6 de janeiro de 1796, para “professor da cadeira de Diplomática, que funcionava anexa à Universidade de Coimbra” (Ribeiro, 2006, p. 4). Ensino da Diplomática, que exigia um “conhecimento prévio da Paleografia” e um contacto direto com os documentos e os Arquivos, tendo obrigado à transferência da cadeira de Coimbra para Lisboa, em 1801, que ficara a funcionar no Arquivo da Torre do Tombo (Ribeiro, 2006, p. 4).

## **A concretização do diálogo intercientífico**

Um diálogo entre a Paleografia e a Ciência da Informação está também concretizado em inúmeros estudos de natureza científica, designadamente em dissertações de mestrado e doutoramento, quer sob o ponto de vista teórico, quer em estudos empíricos sobre sistemas de informação pretéritos, em que a leitura e a análise da informação documental, medieval e moderna, exige o conhecimento dos tipos e das regras da escrita pretérita, um conhecimento fundamental para o estudo da literacia literária dos homens da escrita.

Tomemos como exemplos cinco estudos científicos: três desenvolvidos no âmbito do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um no âmbito do doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade de Évora, e, por fim, um no âmbito do doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, na Universidade de Lisboa.

No âmbito do mestrado em Ciências da Documentação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Nelson Cordeiro Pedrosa

apresentou, em 2014, uma dissertação intitulada *O tombo dos bens do concelho de Pombal 1746: transcrição, estudo codicológico e histórico*, que seria publicada em 2016, sob o título *Para a história de Pombal no século XVIII* (Pedrosa, 2016). Este é um estudo no qual o autor parte de um documento manuscrito anepígrafo relativo ao tombo dos bens do concelho de Pombal —, datado de 1746, objeto de transcrição em anexo (Pedrosa, 2016, pp. 175-380), que inclui a sua análise codicológica (pp. 39-46) e paleográfica (pp. 47-54), para se situar, depois, na análise do seu conteúdo. Um documento que é um bom testemunho do valor da informação acumulada nos distintos acervos dos arquivos municipais do país, para cujo estudo se exigiu um diálogo entre a Paleografia, a Arquivística, a Codicologia e a História. Sem um conhecimento paleográfico, não teria sido possível ao seu autor ter acesso à informação registada no mesmo, isto é, ler, transcrever e analisar o seu conteúdo, bem como examinar a escrita e as condições da sua realização, tais como inferir da utilização dos instrumentos da escrita, de modo a perceber a construção do traslado executado pelo escrivão do tombo, Manuel Francisco Carreira, o então escrivão da Provedoria de Leiria.

No mesmo contexto, João Castela de Oliveira apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o relatório de estágio intitulado *O Brasil na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal: 'cartas do Brasil': 1593-1811* (Oliveira, 2016). O estudo aqui efetuado resulta de um estágio realizado na Secção de Reservados Manuscritos, integrada na Divisão de Coleções Especiais, da Biblioteca Nacional de Portugal, no qual se procedeu à identificação, organização e representação da informação de três códices (PBA. 625, PBA. 626 e PBA. 642), tendo em vista a catalogação dos documentos sobre o Brasil existentes na Coleção Pombalina. Os conhecimentos paleográficos permitiram efetuar a identificação e a descrição dos documentos, assim como, devemos sublinhar, a identificação das assinaturas (Oliveira, 2016, pp. 66-67 e 70), de caligrafias produzidas por distintas “mãos”, umas certamente mais cuidadas do que outras, gravadas sobre um papel de qualidade e com uma tintagem bem distribuída (Oliveira, 2016, p. 70).

Por seu turno, Isabel Claudino Santos levou a efeito o estudo e o inventário da documentação da Câmara Municipal de Santarém, sob o título *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém: estudo histórico e orgânico-funcional para a contextualização e inventariação da informação acumulada: 1506-1820* (Santos, 2018). A autora investigou as distintas instituições produtoras da informação acumulada no referido Arquivo, de modo a compreender o seu contexto, assim como a sua representação (identificação, classificação e descrição) com vista à elaboração de um Inventário. Uma vez mais,

somente na posse de conhecimentos paleográficos foi possível ter acesso à informação ali acumulada entre os séculos XVI e XIX, quando, recordemos, já os homens das centúrias de quatrocentos e quinhentos se viam impedidos do acesso à informação dos documentos medievos, quer porque se encontravam em latim, exigindo a sua reescrita na língua vernácula, quer pela incompreensão da sua escrita, reclamando para tal a sua cópia de modo a facilitar a leitura, processo que justifica, por exemplo, a existência da coleção *Leitura Nova*, iniciada no reinado do rei venturoso, em 1504.

No âmbito do doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade de Évora, Nelson Vaquinhas apresentou àquela instituição a dissertação «*A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido*»: o sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII (Vaquinhas, 2018), que é outro testemunho do diálogo intercientífico, entre a Ciência da Informação, especificamente no âmbito da disciplina Arquivística, e a Paleografia. Assim se entende quanto fundamental foi o estabelecimento desta relação estreita para o estudo da literacia literária dos homens da escrita da Mesa da Consciência e Ordens, a qual permitiu efetuar a análise da grafia e da tonalidade das tintas empregadas, denunciando a escrita de distintas mãos na lavra dos documentos do processo, inclusive na produção do mesmo documento. Esta é, aliás, uma realidade idêntica à ocorrida no Consejo de Indias, *quando se hacía en limpio el documento no se podía prever el momento en que la firmarían los consejeros; así se dejaba en blanco esta fórmula y después se rellenaba* (Heredia Herrera, 1972, p. 7).

Refira-se, por último, o diálogo intercientífico exímio estabelecido entre a Paleografia, a Diplomática, a Ciência da Informação e a História, por Sandra Patrício da Silva, na sua dissertação de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade de Lisboa, em 2018, mas com uma abordagem cruzada com a Ciência da Informação. Em *Sistemas de informação das administrações civis no concelho de Sines: 1655-1855* (Silva, 2018), a autora estuda a literacia literária dos agentes da administração, analisando as assinaturas como sinal de familiaridade com a escrita. Neste particular, atentou na análise das tipologias documentais, procurando compreender a tradição documental, identificou as assinaturas, a frequência e uso da escrita, e considerou o volume e a distribuição cronológica da produção documental, por subsérie e por tipologia documental (Silva, 2018, p. 26). Conhecimentos de Paleografia que apoiaram Sandra Patrício da Silva na identificação dos agentes da escrita, detentores de cargos relevantes na administração, como Manuel Oliveira Baleia, escrivão das sisas em 1714, cuja “competência na escrita e o conhecimento da administração podem ter potenciado uma forma mais sofisticada de registo, em que cada

acto relativo à mesma matéria era registado em livro específico” (Silva, 2018, p. 133). Um estudo, cujo contributo da Paleografia permitiu concluir a familiaridade dos oficiais da governança com a escrita (p. 218), bem como a alfabetização de membros da governança, quando “a maioria dos membros da vereação, isto é, juízes pela ordenação, vereadores, procuradores do concelho, porteiros, tesoureiros e juízes da vintena conheciam a escrita” e usavam-na na sua vida quotidiana (Silva, 2018, p. 231). Um estudo interdisciplinar fundamental para compreender a literacia literária, isto é, a escrita e a leitura dos agentes da administração, quando apenas 9% dos moradores de Sines dominavam a escrita em meados da centúria de oitocentos (Lopes, 1849, p. 94, como citado em Silva, 2018, p. 234).

Aos estudos, como evidência do diálogo interdisciplinar entre a Arquivística e a Paleografia, juntemos as inúmeras publicações de fontes em diversos arquivos, de que o arquivo municipal de Torres Vedras é uma referência, com a publicação, a título de exemplo, de *O Foral medieval* (Vicente et al., 2022), *O Foral Novo* (Silva & Vargas, 2016), bem como *O livro de acórdãos do Município de Torres Vedras: 1596-1599* (Veiga & Silva, 2003).

## Traços de uma relação curricular

Em Portugal, o reconhecimento da importância deste diálogo interdisciplinar e, mais recentemente, intercientífico é ainda testemunhado pela sua integração nos distintos *curricula* formativos na área da Ciência da Informação.

Na sequência da já referida transferência da cadeira de Diplomática, que integrava conteúdos de Paleografia, para o Arquivo da Torre do Tombo, em 1801, aquela passou a integrar o *curriculum* de quem pretendesse exercer funções num arquivo ou desempenhar o ofício de tabelião (Ribeiro, 2006, p. 5). Conteúdos da formação do arquivista, que encontraremos bem evidentes, vinte anos mais tarde, em Paris, na formação do arquivista-paleógrafo na École Nationale des Chartes. Formação que seria modelar do arquivista com funções no ‘arquivo histórico’ de que o Arquivo da Coroa era exemplo, e que adquiria relevo com a criação, em 29 de dezembro de 1887, em Portugal, do “curso de instrução superior, denominado de bibliothecario-archivista<sup>1</sup>” (Ribeiro, 2006, p. 5), mantendo-se até 1982 nos *curricula* formativos dos referidos cursos, bem

---

<sup>1</sup> Decreto do Ministerio do Reino; Direcção Geral de Instrucção Publica. (1888). *Diário do Governo*: n.º 3, p. 19. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/04/D\\_0003\\_1888-01-04&pag=12&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/04/D_0003_1888-01-04&pag=12&txt=)

como dos posteriores Cursos de Especialização em Ciências Documentais<sup>2</sup> e, mais recentemente, de graduação e pós-graduação em Ciência da Informação.

A disciplina de Diplomática, sem qualquer menção à Paleografia, integrava o *curriculum* de formação do bibliotecário-arquivista, que então funcionava junto do Real Arquivo da Torre do Tombo, sendo regida pelo Conservador do Arquivo (Ribeiro, 2006, p. 6). Todavia, na primeira remodelação de que o curso foi alvo em 24 de dezembro de 1901<sup>3</sup>, estendendo-se para três anos, a disciplina de Paleografia surgia no primeiro ano, separada da de Diplomática, que tinha lugar no segundo ano, mantendo-se ambas as cadeiras em funcionamento no Real Arquivo da Torre do Tombo, regidas pelos seus conservadores (Ribeiro, 2006, pp. 6-7).

Na cadeira de Paleografia, admitia-se então a possibilidade da sua frequência por alunos voluntários, designadamente os “amanuenses escrivães dos quadros das Bibliotecas e Arquivos Nacionais”, após autorização do Governo concedida mediante parecer do Bibliotecário-mor, uma vez que a sua matéria era considerada “auxiliar para o bom desempenho das suas funções<sup>4</sup>” (Ribeiro, 2006, p. 7).

Após a implantação da República, foram criadas, em 22 de março de 1911, as universidades de Lisboa e do Porto, tendo o Curso Superior de Letras de Lisboa integrado a primeira. Consequentemente, o Curso de Bibliotecário-Arquivista incorporou a formação de ensino superior, com a equiparação das cadeiras do curso regulamentado em 1901 às da Faculdade de Letras (Ribeiro, 2006, p. 8).

Com uma nova reforma em 1918, a Paleografia conquistou espaço no curso de Bibliotecário-Arquivista, passando a ser lecionada em duas partes, no primeiro e no segundo anos, mantendo-se a Diplomática neste ano<sup>5</sup>,

---

<sup>2</sup> Criado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra pelo Decreto n.º 87/82, de 13 de julho, o qual extinguiu o Curso de Bibliotecário-Arquivista instituído na mesma Faculdade em 1935, e regulamentado pela Portaria n.º 448/83, de 19 de abril. O curso foi criado nas Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e do Porto pelas portarias n.º 448/83, de 19 de abril, 449/83, de 19 de abril, e 8521/85, de 9 de novembro, respetivamente.

<sup>3</sup> Decreto n.º 6 do Ministerio do Reino. (1901). *Diário do Governo*: n.º 294, p. 3679. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D\\_0294\\_1901-12-28&pag=1&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D_0294_1901-12-28&pag=1&txt=)

<sup>4</sup> Decreto de 8 de Outubro do Ministerio do Reino, aprovando o Regulamento do curso de bibliothecario archivista nas cadeiras professadas no Real Archivo da Torre do Tombo e na Bibliotheca Nacional de Lisboa. *Collecção Official de Legislação Portuguesa*. (1902). *Diário do Governo*: n.º 227, Lisboa. (3 out. 1902), pp. 970-971 e 3146. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1902&mes=10&tipo=a-diario&filename=1902/10/08/D\\_0227\\_1902-10-08&pag=1&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1902&mes=10&tipo=a-diario&filename=1902/10/08/D_0227_1902-10-08&pag=1&txt=)

<sup>5</sup> Decreto n.º 4885 da Secretaria de Estado da Instrução Pública; Repartição de Instrução Universitária. (1918). *Diário do Governo*: série I, n.º 222, pp. 1781-1784. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1918/10/22200/17811784.pdf>

sendo ambas regidas no Arquivo da Torre do Tombo, por primeiros ou segundos conservadores, equiparados a assistentes da Faculdade de Letras (Ribeiro, 2006, p. 9). Nova remodelação teria lugar em maio de 1919, registando-se apenas a particularidade da alteração do nome para *Curso de Biblioteconomia e Arquivística*, tendo a cadeira de Diplomática passado para o 3.º ano<sup>6</sup>.

Em 27 de junho de 1931<sup>7</sup>, o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista tornou-se um curso “exclusivamente profissional”, com a duração de dois anos. Também a carga letiva foi reduzida, mantendo a Paleografia e a Diplomática (e Esfragística) relevo no quadro da formação, uma vez que, dentro do leque de sete disciplinas, apenas aquelas se mantiveram anuais (Ribeiro, 2006, p. 10).

Em 21 de dezembro de 1932, o ensino das disciplinas de Paleografia e Diplomática foi transferido da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para o *Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista*<sup>8</sup>, extinguindo-se esse ensino naquela instituição, até 1935, ano em que regressaria<sup>9</sup>. Neste mesmo ano, também se instituiu o Curso de Bibliotecário-Arquivista na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com a duração de dois anos letivos e um estágio de seis meses, justificando-se

a criação do curso na Universidade de Coimbra, não só pelo facto de nela existirem o Arquivo e Museu de Arte e a Biblioteca Geral, que dispõem de valiosíssimas colecções de documentos manuscritos e espécies bibliográficas de todas as épocas que interessam à formação profissional do pessoal técnico das bibliotecas e arquivos, mas também porque na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra nunca

---

<sup>6</sup> Decreto n.º 5618 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior. (1919). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 98, pp. 966-975. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/5618-271450>

<sup>7</sup> Decreto n.º 19952 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 147, pp. 1253-1269. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/19952-1931-530981>

<sup>8</sup> Decreto n.º 22014 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes; Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. (1932). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 298, pp. 2585-2587. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/22014-1932-597917>.

<sup>9</sup> Decreto-lei n.º 26026 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1935). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 258, pp. 1633-1635. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/26026-1935-537200>; e Decreto-lei n.º 26027 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1935). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 258, p. 1635. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/26027-1935-537201>.

houve interrupção no exercício do ensino das disciplinas subsidiárias da história que constituem o núcleo dos mesmos estudos<sup>10</sup>.

Nos *currícula* dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais, ministrados nas três Faculdades de Letras das universidades de Coimbra e Lisboa (desde 1983) e do Porto (desde 1985), mantiveram-se as cadeiras de Paleografia e Diplomática nos respetivos planos de estudos, porém apenas na opção *Arquivo/Arquivística*.

E qual a sua integração nos *currícula* de Ciência da Informação em Portugal no ano letivo de 2018/19? Na graduação em Ciência da Informação, disponível apenas nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Porto, já não aparece a unidade curricular de Paleografia e Diplomática, apesar de Ribeiro defender, em 2006, continuar a ser “essencial a presença da Paleografia e da Diplomática na formação dos profissionais da informação” (Ribeiro, 2006, p. 14). Todavia, ainda no ano letivo de 2017/18, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (no âmbito do curso de mestrado em Ciência da Informação, que desenvolve conjuntamente com a Faculdade de Engenharia) ofereceu a unidade curricular Paleografia e Diplomática, como opção do 2.º ano (2.º semestre)<sup>11</sup>. De igual modo, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto não oferece a unidade curricular de Paleografia no 2.º Ciclo de Estudos de Ciência da Informação.

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra também já não integra a unidade curricular de Paleografia, isoladamente ou em conjunto com a Diplomática, em nenhum dos ciclos de Ciência da Informação, sendo a única instituição de ensino superior em Portugal com os três ciclos de estudos: graduação (licenciatura), mestrado e doutoramento. Uma ausência que pode, porém, ser aparente, quando se mantém a oferta formativa da opção de Paleografia integrada em outros cursos, sendo oferecida como opção.

No que respeita à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que disponibiliza apenas o 2.º ciclo do mestrado em Ciências da Documentação e Informação, é oferecida a unidade curricular de Paleografia e Diplomática, dentre o rol das onze unidades curriculares optativas<sup>12</sup>. Sublinhe-se que é

---

<sup>10</sup> Decreto-lei n.º 26026 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1935). Diário do Governo: 1.ª série, n.º 258, p. 1635. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/26026-1935-537200>.

<sup>11</sup> Universidade do Porto. Faculdade de Letras (cop. 1996-2018). **Cursos:** mestrado: Licenciatura em Ciência da Informação: Plano oficial em vigor: 2017/18. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2018. Disponível em [https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur\\_geral.cur\\_planos\\_estudos\\_view?pv\\_plano\\_id=13961&pv\\_tipo\\_cur\\_sigla=&pv\\_origem=CUR&pv\\_ano\\_lectivo=2017#div\\_id\\_363445\\_](https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_planos_estudos_view?pv_plano_id=13961&pv_tipo_cur_sigla=&pv_origem=CUR&pv_ano_lectivo=2017#div_id_363445_). Data de acesso: 11 out. 2018.

<sup>12</sup> Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. (2023). <https://www.lettras.ulisboa.pt/images/faculdade/legislacao/servivos-academicos/regulamentos-mestrado/mestrado-ciencias-documentacao-informacao-2022.pdf>. Data de acesso: 10 jun. 2023.

ministrada pela Doutora Susana Tavares Pedro<sup>13</sup>, oferecida no 2.º semestre, sendo também, ainda que não o fundamentamos com números, a unidade curricular optativa com maior número de inscritos nos últimos anos letivos, com uma tendência de crescimento.

No contexto do *II Congresso luso-brasileiro de Paleografia* (18-20 de outubro de 2018), que relação curricular encontramos entre a Arquivologia e a Paleografia ou a Paleografia e a Diplomática, centrando-nos apenas nos cursos de graduação no Brasil? A partir da pesquisa desenvolvida, em setembro de 2018, nos *sítes* das distintas instituições de ensino superior no Brasil, identificaram-se dezasseis cursos de graduação em Arquivologia:

Tabela 1 – Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil.

<b>Instituição de Ensino</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Criação</b>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Sudeste	Rio de Janeiro	1977
Universidade Federal Fluminense – UFF	Sudeste	Rio de Janeiro	1978
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Sudeste	Espírito Santo	1999
Universidade Estadual Paulista – UNESP	Sudeste	São Paulo	2003
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Sudeste	Minas Gerais	2009
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Sul	Rio Grande do Sul	1977
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Sul	Rio Grande do Sul	1999
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Sul	Rio Grande do Sul	2008
Universidade Estadual de Londrina – UEL	Sul	Paraná	1998
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Sul	Santa Catarina	2009
Universidade de Brasília – UNB	Centro-Oeste	Distrito Federal	1991
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Nordeste	Bahia	1998
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Nordeste	Paraíba	2006
Universidade Federal da Paraíba – UEPB	Nordeste	Paraíba	2008
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Norte	Amazonas	2009
Universidade Federal do Pará – UFPA	Norte	Pará	2011

Fonte: Dados recolhidos pelos autores, a partir dos sites dos 16 cursos de graduação em Arquivologia (Brasil).

<sup>13</sup> Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Programa em Ciências da Documentação e Informação: Docentes. (2023). <http://www.tmp.letras.ulisboa.pt/pcdi-departamento/pcdi-docentes>. Data de acesso: 10 jun. 2023.

Da análise dos respetivos planos de curso, obtivemos os seguintes resultados, no que diz respeito à oferta formativa de Paleografia, que apresentamos de forma resumida:

Das 16 graduações, apenas duas não integram a Paleografia ou a Paleografia e Diplomática nos seus planos de estudo em Arquivologia, designadamente a Universidade Federal de Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Nesta instituição, Paleografia e Diplomática era uma unidade curricular optativa, que desapareceu da nova estrutura curricular aprovada em 2016. Nos casos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA), estas oferecem duas unidades curriculares, Paleografia e Diplomática I e II e Paleografia e Prática de Paleografia, respetivamente, sendo a primeira de cada obrigatória e a segunda opcional.

Ainda, dentro do conjunto das 14 Universidades, que oferecem Paleografia na graduação em Arquivologia, em 12 a unidade curricular é de frequência obrigatória, sendo apenas duas das ofertas optativas, nomeadamente na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Por último, das 14 ofertas de formação em Paleografia, a disciplina surge com o seu verdadeiro estatuto, isto é, autonomizada da Diplomática, em 12 universidades, uma vez que, em conjunto, Paleografia e Diplomática, aparecem apenas nos planos de curso da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Procurando os programas da unidade curricular de Paleografia ou Paleografia e Diplomática, destaque-se a referência intercientífica (no contexto da Ciência Arquivística, no Brasil) inscrita nos cursos de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Marília. Enquanto na ‘ementa’ daquele encontramos a referência “Paleografia e Diplomática como suporte para a Arquivologia”, nos conteúdos deste evidencia-se “o papel da Paleografia no processo de organização arquivística”.

## Conclusão

Data do século XVII o início do diálogo interdisciplinar entre a Paleografia e a Diplomática, então ainda unidas, e a Arquivística, e, mais recentemente, entre a Paleografia e a Arquivística e/ou Ciência da Informação, considerada aquela individualmente ou integrada como disciplina da Ciência da Informação. Um diálogo, tão natural quanto obrigatório, que aqui se identifica e caracteriza, concretizado na epistemologia da Arquivística, na *praxis* e nos *curricula* da Ciência da Informação, ainda que alguns o procurem por vezes negar. Um diálogo, porém,

concretizado em inúmeros estudos de natureza científica, designadamente em dissertações de mestrado e doutoramento, quer sob o ponto de vista teórico, quer em estudos empíricos sobre sistemas de informação pretéritos, em que a leitura e a análise da informação documental, medieval e moderna, exigem o conhecimento dos tipos e das regras da escrita pretérita, um conhecimento fundamental para o estudo da literacia literária dos homens da escrita.

No que diz respeito à presença identificada da Paleografia na formação em Ciência da Informação, é um diálogo intercientífico que se restringiu, em Portugal, ao *curriculum* do mestrado em Ciências da Documentação e da Informação, ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Todavia, nas outras escolas, parece ser possível aos alunos a frequência da unidade curricular no âmbito da oferta formativa de outros cursos. No Brasil, o diálogo interdisciplinar entre a Arquivologia e a Paleografia, tendo por base os *curricula* dos cursos de graduação em Arquivologia, não está apenas presente e vivo, quanto se entende como 'obrigatório'.

## Fontes

- Decreto do Ministerio do Reino; Direcção Geral de Instrucção Publica. (1888). *Diário do Governo*: n.º 3, pp. 18-21. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/04/D\\_0003\\_1888-01-04&pag=12&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1888&mes=1&tipo=a-diario&filename=1888/01/04/D_0003_1888-01-04&pag=12&txt=)
- Decreto n.º 87/82 do Ministério da Educação e das Universidades. (1982). *Diário da República*: I série, n.º 159, pp. 2089-1090. <https://files.dre.pt/1s/1982/07/15900/20892090.pdf>
- Decreto n.º 6 do Ministerio do Reino. (1901). *Diário do Governo*: n.º 294, pp. 3679-3681. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D\\_0294\\_1901-12-28&pag=1&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1901&mes=12&tipo=a-diario&filename=1901/12/28/D_0294_1901-12-28&pag=1&txt=)
- Decreto de 8 de Outubro do Ministerio do Reino, aprovando o Regulamento do curso de bibliothecario archivista nas cadeiras professadas no Real Archivo da Torre do Tombo e na Bibliotheca Nacional de Lisboa. (1902). *Diário do Governo*: n.º 227, pp. 3145-3146. [https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1902&mes=10&tipo=a-diario&filename=1902/10/08/D\\_0227\\_1902-10-08&pag=1&txt=](https://digigov.cepese.pt/pt/pesquisa/listbyyearmonthday?ano=1902&mes=10&tipo=a-diario&filename=1902/10/08/D_0227_1902-10-08&pag=1&txt=)
- Decreto n.º 4885 da Secretaria de Estado da Instrucção Pública; Repartição de Instrucção Universitária. (1918). *Diário do Governo*: série I, n.º 222, pp. 1781-1784. <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1918/10/22200/17811784.pdf>
- Decreto n.º 5618 do Ministério da Instrucção Pública; Direcção-Geral do Ensino Superior. (1919). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 98, pp. 966-975. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/5618-271450>
- Decreto n.º 19952 do Ministério da Instrucção Pública; Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1931). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 147, pp. 1253-1269. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/19952-1931-530981>

- Decreto n.º 22014 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes; Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. (1932). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 298, pp. 2585-2587. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/22014-1932-597917>
- Decreto-lei n.º 26026 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1935). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 258, pp. 1633-1635. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/26026-1935-537200>
- Decreto-lei n.º 26027 do Ministério da Instrução Pública; Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. (1935). *Diário do Governo*: I.ª série, n.º 258, p. 1635. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/26027-1935-537201>
- Portaria n.º 448/83 do Ministério da Educação. (1983). *Diário da República*: I série, n.º 90, pp. 1351-1353. <https://files.dre.pt/1s/1983/04/09000/13511353.pdf>
- Portaria n.º 449/83 do Ministério da Educação. (1983). *Diário da República*: I série, n.º 90, pp. 1353-1355. <https://files.dre.pt/1s/1983/04/09000/13531355.pdf>
- Portaria n.º 852/85 do Ministério da Educação. (1985). *Diário da República*: I série, n.º 90, pp. 3763-3765. <https://files.dre.pt/1s/1985/11/25800/37633765.pdf>

## Bibliografia

- Andrade, M. C. J. de. (2010). Paleografia. In E. de M. Samara (Ed.), *Paleografia, documentação e metodologia histórica* (pp. 9-146). Humanitas.
- Bowen, G. A. (2009). "Document analysis as a qualitative research method". *Qualitative Research Journal*. 9(2), pp. 27-40. 10.3316/QRJ0902027
- Corbin, J., & Strauss, A. (2008). *Basics of qualitative research: Techniques and procedures for developing grounded theory*. (3<sup>rd</sup> ed). Sage.
- Cruz Mundet, J. R. (2001). *Manual de Archivística*. (Ed. corregida y actualizada). Fundación Germán Sánchez Ruipérez.
- Heredia Herrera, A. (1972). *Catálogo de las consultas del Consejo de Indias (Vol. 1)*. Dirección General de Archivos y Bibliotecas.
- Heredia Herrera, A. (1986). *Archivística general: Teoría y práctica*. Duputación Provincial de Sevilla.
- Irigoin, J. (1996). Dom Bernard de Montfaucon. In J. Leclant, & B. Zehrfuss (Dir.), *Colloque L'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres et l'Académie des Beaux-Arts face au message de la Grèce ancienne: Actes du 6<sup>ème</sup> colloque de la Villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer les 6 & 7 Octobre 1995* (pp. 71-85). Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. [https://www.persee.fr/doc/keryl\\_1275-6229\\_1996\\_act\\_6\\_1\\_945](https://www.persee.fr/doc/keryl_1275-6229_1996_act_6_1_945)
- Mallon, J. (1952). *Paleografía romana*. Instituto Antonio Nebrija de Filosofía.
- Marques, A. H. de O. (1992a). Diplomática. In J. Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal (vol. 2)* (pp. 309-314). Livraria Figueirinhas.
- Marques, A. H. de O. (1992b). Paleografia. In J. Serrão (Ed.), *Dicionário de História de Portugal (vol. 4)* (pp. 528-534). Livraria Figueirinhas.
- Mestre Sanchis, A. (2003). *Apología y crítica de España en el siglo XVIII*. Marcial Pons.

- Oliveira, J. C. (2016). *O Brasil na Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Portugal: 'cartas do Brasil': 1593-1811* [Relatório de Estágio de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/26341>
- Pacheco, A. (2017). *Informação digital: o vértice comum entre a Diplomática e a Ciência da Informação*. Húmus.
- Pedrosa, N. C. (2014). *O tombo dos bens do concelho de Pombal: 1746: transcrição, estudo codicológico e histórico* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/12219>
- Pedrosa, N. C. (2016). *Para a história de Pombal no século XVIII*. Rotary Club de Pombal.
- Petrucci, A. (1999). *Esckriptura de la Memòria i Memòries de l'esckrit*. Universitat de València.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de investigação em ciências sociais*. (3.ª ed). Gradiva.
- Ribeiro, F. (2006). *O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>
- Pub também in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques* (vol. 2, pp. 47-63). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Román Blanco, R. (1987). *Estudos paleográficos*. Laserprint.
- Santos, I. M. G. C. (2018). *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Santarém: estudo histórico e orgânico-funcional para a contextualização e inventariação da informação acumulada: 1506-1820* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/34130> [Pub. Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, 2019.]
- Silva, C. G. da, & Vargas, J. M. (2016). *O Foral Novo: Torres Vedras: 1510*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- Silva, S. P. da. (2018). *O sistema de informação da Câmara Municipal de Sines: 1655-1855* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/33401> [Tese parcialmente publicada em Patrício, S. (2021). *Sistemas de Informação Locais: Sines 1655-1855*. Colibri; Universidade de Lisboa, Faculdade Letras, Centro de Estudos Clássicos.]
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em educação*. Livros Horizonte.
- Tamayo, A. (1996). *Archivística, Diplomática y Sigilografía*. Cátedra.
- Tognoli, N. B. (2014). *A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos*. Cultura Acadêmica.
- Vaquinhas, N. (2018). *"A Mesa da Consciência e Ordens o tenha assim entendido": o sistema de informação das Ordens Militares no século XVIII* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/23167> [Pub. Edições Colibri, 2021.]
- Veiga, C. M., & Silva, C. G. da. (2003). *O Livro de Acórdãos do Município de Torres Vedras: 1596-1599*. Câmara Municipal de Torres Vedras.
- Vicente, A. B., Silva, C. G. da, Barbosa, P. G., & Canto, P. M. do. (2002). *O Foral Medieval de Torres Vedras*. Câmara Municipal de Torres Vedras.

## Apêndice I

Tabela 2 – Ensino de Paleografia nos Cursos de Graduação em Arquivologia (Brasil).

Instituição de Ensino	Disciplina	Carga horária	Categoria	Período	Programa
FURG <sup>14</sup>	Paleografia	30h	Optativa	2º	Fundamentos de Paleografia. Evolução da escrita. Leitura e transcrição paleográfica de documentos.
UEL <sup>15</sup>	Paleografia e Diplomática	34h	Obrigatória	1º	<b>Paleografia e Diplomática como suporte para a Arquivologia.</b>
UEPB <sup>16</sup>	Paleografia	30h	Obrigatória	5º	A escrita e o seu desenvolvimento histórico. As superfícies, tintas e instrumentos. A tipologia das escritas. A escrita latina e o sistema braquigráfico. O sistema de numeração romano-lusitano e indu-arábico. Sinais estnológicos. Os manuscritos lusos e brasileiros: formalidade, diversidade, finalidade. Seleção e normas para as transcrições. Leitura documental dos séculos XVI, XVII e XVIII.
UFAM <sup>17</sup>	Paleografia	45h	Obrigatória (2018) Optativa (2023)	7º	Fundamentos da Paleografia. Evolução da escrita: as escritas gótica e cursiva. Leitura e transcrição paleográfica.

<sup>14</sup> <http://www.Arquivologia.furg.br/index.php/curso>. Data de acesso: 10 ago. 2018.

<sup>15</sup> <http://www.uel.br/prograd/catalogo-cursos/catalogo/Cursos/arq.htm>. Data de acesso: 10 ago. 2018.

<sup>16</sup> <http://arquivologiauepb.com.br/matriz-curricular/>. Data de acesso: 10 jun. 2023.

<sup>17</sup> [https://drive.google.com/file/d/1CRHm\\_VXqD7qagSq7EzOx4PIbTPKEk0MB/view](https://drive.google.com/file/d/1CRHm_VXqD7qagSq7EzOx4PIbTPKEk0MB/view). Data de acesso: 10 jun. 2023.

<b>UFBA<sup>18</sup></b>	Paleografia e Diplomática I	68h	Obrigatória	3º	Elementos necessários para conhecer e proceder à descrição extrínseca dos documentos manuscritos, a partir do estudo da escrita dos séculos XVI e XVII.
	Paleografia e Diplomática II	68h	Optativa	-	Leitura paleográfica de textos do século XVII ao século XXI. Identificação de abreviaturas.
<b>UFES<sup>19</sup></b>					O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo contemplava "Paleografia e Diplomática" como uma disciplina optativa de 30 horas, porém não faz mais parte da estrutura curricular atualizada em 2016.
<b>UFF<sup>20</sup></b>	Paleografia Aplicada – Séculos XVII -XIX	60h	Optativas	Qualquer período	Não consta no sítio eletrônico.
<b>UFMG<sup>21</sup></b>	Paleografia	60h	Obrigatória	6º	Conceito de paleografia. Materiais da escrita. Abreviaturas. As normas de transcrição de documentos. A prática da transcrição paleográfica.
<b>UFPA<sup>22</sup></b>	Paleografia	60h	Obrigatória	6º	Não consta no sítio eletrônico.

<sup>18</sup> <https://alunoweb.ufba.br/SiacWWW/ConsultarDisciplinasObrigatoriasPublico.do?jsessionid=0B7403364D573F9758839B057EC7496A.anage> . Data de acesso: 10 jun. 2023.

<sup>19</sup> <http://www.Arquivologia.ufes.br/grade-curricular>. Data de acesso: 10 ago. 2018.

<sup>20</sup> <http://www.uff.br/?q=curso/Arquivologia/12684/bacharelado/niteroi>. Data de acesso: 10 ago. 2018.

<sup>21</sup> <http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/estrutura-curricular>. Data de acesso: 11 ago. 2018.

<sup>22</sup> <http://www.icsa.ufpa.br/index.php/Arquivologia>. Data de acesso: 11 ago. 2018.

<b>UFPB</b> <sup>23*</sup>	-	-	-	-	-
<b>UFRGS</b> <sup>24</sup>	Paleografia	60h	Obrigatória	3º	Fundamentos da Paleografia. Evolução da escrita. Leitura e transcrição paleográfica de documentos.
<b>UFSC</b> <sup>25</sup>	Paleografia	36h	Obrigatória	6º	A escrita e seu desenvolvimento. Instrumentos e materiais da escrita. Fundamentos da Paleografia. Leitura e transcrição de documentos manuscritos.
<b>UFSM</b> <sup>26</sup>	Paleografia	60h	Obrigatória	5º	Reconhecer as escritas da Antiguidade e os tipos de escrita latina; Explicar a evolução da Paleografia, relacionando-a com outras ciências; Distinguir os elementos que dificultam a leitura de textos antigos; Transcrever documentos de acordo com as Normas brasileiras de transcrição paleográfica.
	Prática da Paleografia	60h	Optativa	Qualquer período	Não consta no sítio eletrônico.
<b>UnB</b> <sup>27**</sup>	Paleografia	-	Optativa	-	Noções básicas sobre as técnicas paleográficas destinadas a leitura e transcrição de documentos caligráficos e cursivos portugueses e lusos-brasileiros nos séculos XV, XVI e XVII.

<sup>23</sup> <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/departamento/componentes.jsf?id=1331>. Data de acesso: 11 ago. 2018.  
\* não possui Paleografia como disciplina do currículo.

<sup>24</sup> <https://www1.ufrgs.br/graduacao/xInformacoesAcademicas/habilitacoes.php?CodCurso=301&CodHabilitacao=33&sem=2018022>. Data de acesso: 11 ago. 2018.

<sup>25</sup> <https://cagr.sistemas.ufsc.br/relatorios/curriculo?curso=335>. Data de acesso: 10 jun. 2023.

<sup>26</sup> <https://portal.ufsm.br/ementario/curso.html?idCurso=732>. Data de acesso: 12 ago. 2018.

<sup>27</sup> <http://Arquivologia.fci.unb.br/index.php/curriculo>. Data de acesso: 12 ago. 2018.

\*\*algumas informações não constam no endereço eletrônico.

UNESP/ Marília <sup>28</sup>	Paleografia	30h	Obrigatória	2º	<p>Conceito e objeto da Paleografia. A escrita e seus materiais. Relações entre Diplomática, Paleografia e disciplinas auxiliares. Compreensão e transcrição de textos manuscritos com ênfase à documentação em português. Normas técnicas de transcrição. <b>O papel da Paleografia no processo de organização arquivística.</b></p>
UNIRIO <sup>29</sup>	Paleografia	60h	Optativa	5º	<p>A origem e a evolução da técnica de escrever, com seus sistemas e seus processos evolutivos, desde a antiguidade até o presente, com estudo dos materiais e instrumentos usados na escrita, além das formas mecânicas típicas de cada época. Estudo da acentuação, pontuação e numeração, além dos sistemas abreviativos visando o aperfeiçoamento de sua transcrição. A prática da análise paleográfica e da transcrição documental visando atender as áreas específicas que demandam o assunto paleografia.</p>

Fonte: Dados recolhidos pelos autores, a partir dos sites dos 16 cursos de graduação em Arquivologia (Brasil).

<sup>28</sup> <http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/Arquivologia/grade-curricular/estrutura-curricular-2012>. Data de acesso: 13 ago. 2018.

<sup>29</sup> <http://www.unirio.br/Arquivologia/quadro-de-disciplinas>. Data de acesso: 13 ago. 2018.